



Servidor

Lei para agilizar pensões para Segurança

► A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou, ontem, um projeto de lei que visa a agilizar a concessão de pensões para beneficiários de agentes de Segurança Pública mortos em serviço. Os autores do projeto são os deputados Martha Rocha e Zaqueu Teixeira, ambos do PDT, Paulo Ramos (PSol), Wagner Montes (PRB) e Flávio Bolsonaro (PSC). A maior alteração determina que as corporações sejam obrigadas a repassarem ao Rioprevidência os documentos necessários para o requerimento do benefício como, por exemplo, o exame cadavérico e o registro de ocorrência. O projeto seguiu para a sanção do governador Luiz Fernando Pezão.

—A intenção é tentar amenizar o sofrimento das famílias porque, infelizmente, a burocracia nas

instituições ainda é muito grande. Além de enfrentar a dor da perda, os familiares enfrentam inúmeras dificuldades para conseguirem os benefícios — disse a deputada Martha Rocha.

Ela lembrou que o projeto beneficia a todos os agentes com funções ligadas à Segurança.

— Além dos policiais (civis e militares), serão beneficiados agentes penitenciários, do De-gase e bombeiros militares. Todos foram incluídos — frisou.

Vale lembrar que, no início de junho, a Alerj reformulou regras para a concessão de pensões no serviço público. Uma das mudanças feitas determinou que os beneficiários de agentes mortos em serviço tenham direito a pensões em dobro, com base no salário recebido pelo servidor.